

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Jéssica Engel do Nascimento¹, Marcia Borin da Cunha²

¹Mestra em Educação/Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste/Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática/jessicaengel93@hotmail.com

²Doutora em Educação/Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste/Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática/borin.unioeste@gmail.com

Resumo: A Educação de Jovens e Adultos constitui-se como uma modalidade educacional presente nos documentos brasileiros, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Esta modalidade educacional possui algumas organizações específicas, como a faixa etária de estudantes participantes, sujeitos esses que possuem distintas justificativas para a presença nesse ensino. Buscando apresentar um pouco dessa realidade, este trabalho constitui-se como um relato de uma professora em início de carreira, que atuou nesta modalidade.

Palavras-chave: Didática, Experiência pedagógica, Professora iniciante, EJA.

1. Introdução

Este trabalho constitui-se como um relato de experiência de uma professora em uma turma de Educação de Jovens e Adultos de uma escola estadual do oeste paranaense. Como objetivo temos o compartilhamento de momentos cotidianos da vida escolar, com ideias de atividades que tiveram êxito de acordo com a percepção de uma professora iniciante na prática pedagógica.

2. Educação de Jovens e Adultos de acordo com os documentos educacionais

Na Lei nº9.394 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o direito da sociedade a educação é apresentada como um dever do estado, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento dos educandos, preparando para a cidadania e qualificando para o trabalho. No inciso VII, do artigo 4 da referida lei, expõe-se sobre a Educação de Jovens a Adultos (EJA):



VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; (BRASIL, 1996, s/p).

A EJA é instituída como um direito reconhecido e um dever do estado, tendo este a obrigação legal na formação dos estudantes dessa modalidade educacional. O ensino da EJA é destinado aos sujeitos que por algum motivo não tiveram acesso à educação ou não puderam concluir seus estudos no nível Fundamental e/ou Médio na idade regular, sendo necessário oportunizar condições educacionais adequadas ao perfil desses estudantes.

A Resolução CNE/CEB nº 1/2000 (BRASIL, 2000b), estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, e nesta expõe-se que para a realização da matrícula na EJA, os estudantes devem possuir idade mínima de 15 anos completos para cursar o nível Fundamental II e 18 anos completos para matricular-se no nível Médio. Idades anteriores a essas são consideradas idades regulares de ensino nos devidos níveis educacionais.

De acordo com Julião, Beiral e Ferrari (2017), os índices dos insucessos escolares no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com crianças e jovens que não conseguem concluir os estudos na faixa etária prevista, compromete o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos estados.

[...] a modalidade (EJA) tem sido reconhecida pelos governos como mera estratégia de correção de fluxo e limpeza dos indicadores negativos de avaliação. Isto transfere, quase que automaticamente, os jovens que completam 15 e 18 anos para a modalidade de EJA ou criando Projetos específicos de correção de fluxo (JULIÃO, BEIRAL, FERRARI, 2017, p. 45-46).

Com o apresentado pelos autores, percebe-se que a EJA é compreendida como uma política de correção da Educação Básica, a qual transfere a responsabilidade da educação que não teve êxito na faixa etária considerada adequada para outra modalidade educacional, corrigindo ou impossibilitando que os resultados negativos



das reprovações e evasões estejam presentes nos programas/projetos de análise da educação dos estados.

Observando os documentos que regem a EJA, percebe-se que ela está presente nos documentos nacionais como uma modalidade da educação, a qual deve considerar a realidade dos estudantes que a frequentam, com qualidade no ensino e na aprendizagem, bem como comprometimento com o conteúdo básico presente no currículo, sendo lecionado por professores com licenciatura plena.

3. A busca pelo diálogo entre o perfil dos estudantes da EJA e a prática didática

O público que a EJA possui acesso constitui-se como um grupo diverso de sujeitos que não se encontram dentro do tempo apropriado de ensino, os quais não puderem concluir ou não tiveram acesso por motivos inúmeros, como alunos que tiveram que parar de estudar para começar a trabalhar e contribuir no sustento da casa, sujeitos com déficits/dificuldades de aprendizagem que tiveram muitas reprovações, sujeitos com questões de indisciplina escolar, sujeitos infratores que buscam o retorno/inclusão na sociedade, entre outros. De acordo com Ponciano Filho (2015, p.2),

No Brasil, a EJA desde seu princípio é associada à escolaridade compensatória, visando oferecer uma ferramenta efetiva de educação, resgatando aqueles alunos fora do tempo regular de ensino e introduzindo-os na sociedade com a formação básica, pensamento crítico e conhecimento científico.

Diferente do Ensino Fundamental regular, a EJA é organizada em módulos, nos quais são trabalhadas as disciplinas específicas, podendo o aluno optar por qual disciplina quer realizar no momento, dentre as ofertadas no semestre pela instituição escolar que frequenta.

A disciplina de Ciências, que foi ministrada na respectiva turma em análise, havia um total de 45 alunos na lista de chamada e destes, 30 estudantes eram frequentes em sala, com poucas faltas, das quais muitas eram justificáveis por atestados



médicos. O turno em que lecionava era noturno. A evasão na minha turma foi considerada baixa pela equipe pedagógica da escola, sendo apontado como justificativa a metodologia usada e a proposta de atividades diferenciadas, que fugiam da abordagem tradicional de ensino, da qual os alunos pouco participavam.

4. Propostas Metodológicas

As atividades pensadas para trabalhar com os estudantes foram baseadas nas condições psicológicas e físicas que esses sujeitos possuíam quando chegavam para estudar. A realidade eram de pessoas que passaram o dia todo no trabalho ou que acordaram as 4 horas da manhã para ir trabalhar. Com essa consciência, e compreendendo que o meu público era diverso, com adolescentes, adultos, idosos e alunos com limitações de aprendizagem, as aulas eram organizadas.

Na aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 01/2000 – BRASIL, 2000b) discute-se o sentido da EJA como modalidade da Educação, estando presente no parecer (CNE/CEB nº11/2000 (BRASIL, 2000a) o reconhecimento por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE) da compreensão da EJA como “[...] um modo de existir com característica própria” (BRASIL, 2000a, p. 26), devendo o seu desenvolvimento ponderar “as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias” e se pautar “pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio” (BRASIL, 2000a).

As aulas ocupavam o período noturno inteiro, por isso optava-se por atividades que pudessem envolver os alunos e possibilitar que eles desenvolvessem diferentes habilidades, como oratória, discurso, argumentação, criatividade, entre outras.

Considerando o exposto, alguns exemplos que tiveram êxito com a turma foram as atividades de elaboração de cartazes, atividades práticas sobre os sentidos e as percepções sensoriais, construção de tabela sobre dieta/alimentação a partir das informações dos alunos, análise de filme a partir de estudo dirigido, análise de



charges e propagandas, dinâmicas, leitura e análise de textos de divulgação científica, entre outros.

Essas atividades mencionadas acima eram realizadas em grupos, juntamente com a sistematização do conteúdo, que era feita ora no quadro negro ora com o auxílio de slides, juntamente com exercícios de memorização, e de resolução de problemas reais com o conhecimento aprendido.

Possivelmente, o que tenha contribuído para os alunos permanecerem nas aulas seja a organização de diferentes atividades, não ficando a aula resumida a cópia de conteúdos no quadro e resolução de exercícios no caderno, mas indo além, exigindo que os alunos participassem ativamente das aulas, qualificando assim suas argumentações durante seus discursos.

Considerando as pesquisas em educação, com a apresentação de diferentes estratégias didáticas para melhorar o ensino e conseguir a atenção e o envolvimento dos alunos, faz-se necessário que o profissional de educação esteja engajado e disposto a buscar esse conhecimento. Ressalta-se, que assim como em outras modalidades escolares, a EJA sofre com a evasão escolar, com o tradicionalismo em sala de aula, com profissionais despreparados (PONCIANO FILHO, 2015), com indisciplina, e outros elementos corriqueiros na vida escolar.

Com o objetivo de atuar na diminuição desses dados negativos, conhecer a realidade dos estudantes possa contribuir, uma vez que facilita a seleção do melhor material de trabalho possível.

5. Considerações

A experiência de lecionar na Educação de Jovens e Adultos foi incrível. O contato com estudantes em diferentes níveis intelectuais e de diferentes faixas etárias foi um desafio, que proporcionou um amadurecimento cognitivo e pessoal da professora.

A percepção das limitações dos estudantes possibilitou que a educadora a sáísse do comodismo e fosse buscar conhecimento e estratégias que tivessem êxito



na realidade vivenciada. Experimentar a prática pedagógica na EJA possibilitou a compreensão da importância da preparação para as aulas, no estudo do conteúdo curricular, da seleção das metodologias de ensino, das atividades educacionais a serem propostas, da reflexão sobre a prática, durante a prática e após a prática. Todos esses elementos, que giram em torno da preocupação com a qualidade no ensino, estiveram presente em todos os momentos.

Para todos os professores que tiverem a oportunidade de lecionar na EJA, aproveitem! A prática pedagógica nessa modalidade educacional humaniza qualquer profissional, estando presente emoções e trocas de saberes constantes.

6. Referências Bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1 de 2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000b.

BRASIL. Lei 9394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996.

JULIÃO, E. F.; BEIRAL, H. J. V.; FERRARI, G. M. As políticas de educação de jovens e adultos na atualidade como desdobramento da constituição e da LDB. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – POIÉSIS**. Unisul, Tubarão, v.11, n. 19, p. 40 - 57, Jan/Jun, 2017.

PONCIANO FILHO, R. J. L. Perfil dos alunos e professores da EJA no Ensino Fundamental II do município de Patos – PB. In: Congresso Nacional de Educação, 2., 2015, Campina Grande, PB. **Anais...** Campina Grande: REALIZE, 2015, p. 1-12.